

OS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS EM LARGA ESCALA E SEUS IMPACTOS NAS PRÁTICAS ESCOLARES

Luiz Carlos GESQUI¹

513

RESUMO: A partir de 2008 o Índice de Desenvolvimento da Educação no Estado de São Paulo (IDESP) mensura anualmente - com base apenas nas taxas de aprovação de todos os alunos e nos resultados de testes padronizados de parte dos alunos - a qualidade da educação básica das mais de cinco mil escolas de sua rede pública de ensino regular. Todavia, observou-se, por meio de participações em reuniões pedagógicas em quatro destas escolas, no período de 2008 a 2011, que o IDESP determina a utilização de práticas escolares que priorizam resultados estatísticos em detrimento do processo educativo, das quais se destacam a excessiva aplicação de exames simulados e a promoção dos alunos para a série seguinte pautada basicamente nos registros de sua frequência.

PALAVRAS-CHAVE: Qualidade educacional. Práticas escolares. IDESP.

Introdução

A escola pública ainda hoje ocupa destacada importância na sociedade contemporânea. Isto se revela por diversos indicadores uma vez que todas as populações valem-se, direta ou indiretamente, de seus serviços. Como primeiro ponto, note-se a função social primordial da escola como preparo das gerações sempre renovadas para acesso ao saber sistematizado acumulado pela humanidade, com as crianças e adolescentes frequentando-a obrigatoriamente por um longo período de suas vidas, conforme aponta Jackson (1996), pois, afóra a família, é na escola que as crianças mais ocupam o seu tempo. Supõe-se, com isso, que essa instituição possibilita seu ingresso no mundo da escrita e do conhecimento sistematizado. Entretanto, as escolas têm sido também, principalmente nas últimas décadas, fonte de inúmeros questionamentos por parte de pais, alunos, sociedade e imprensa em geral quanto ao cumprimento desses serviços prestados por elas. Dentre os mais variados questionamentos, merecem destaque os referentes aos resultados de aprendizagem desses alunos, expressos nos indicadores oficiais das avaliações educacionais externas.

¹ Professor do Mestrado Profissional em Educação, Processos de ensino, gestão e avaliação. Pesquisador do grupo Organização e gestão de instituições educacionais. UNIARA - Centro Universitário de Araraquara. Araraquara – SP – Brasil. 14801-340 - lgesqui@ig.com.br.

O que esses números apresentados indicam? Revelam efetiva aprendizagem dos alunos? Essas são questões recorrentes nos ambientes escolares e imprensa de modo geral. Entretanto, esta comunicação tem como objetivo destacar outra questão, igualmente importante, porém pouco discutida: toda a atenção dispensada às avaliações externas (debates, aplicação e divulgação dos resultados) em prol de uma possível melhora nos indicadores destas avaliações o que, segundo seus propositores, resultaria numa educação de qualidade, oculta alterações significativas nas práticas escolares que priorizam resultados em detrimento ao processo de ensino e aprendizagem.

Para investigar esta questão foi analisada parte das informações obtidas com a participação em diversas reuniões pedagógicas realizadas em várias escolas da rede pública estadual paulista no período de 2008 a 2011 cujo tema central era a análise, por parte de cada escola, dos indicadores do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP). Posteriormente, busco uma possível relação entre essas informações e as mudanças significativas na definição e condução de práticas escolares observadas nessas escolas a partir da implantação e, principalmente, a divulgação dos resultados das avaliações externas.

Para abordar tais aspectos foram utilizados dois procedimentos. O primeiro deles organiza e classifica vinte e nove escolas públicas de ensino regular da rede estadual paulista em função de seu IDESP 2008 com o objetivo de selecionar duas escolas com IDESP expressivos e duas escolas com IDESP inexpressivo. Num segundo procedimento, a partir das informações obtidas com a participação em reuniões pedagógicas nas escolas selecionadas, as práticas escolares recorrentes são analisadas. De modo geral, o IDESP das escolas – expressivos ou não – determina as práticas escolares desde que apontem para a melhora no IDESP.

Situando o problema

As últimas décadas do século XVIII, marcadas principalmente pela revolução industrial, na esfera econômica, e pela revolução francesa, na esfera política, foram decisivas para transformações significativas no modo de vida do mundo ocidental de imediato, e de praticamente toda a humanidade, de lá para cá. Dentre as transformações, são destacáveis o êxodo humano do campo para os centros urbanos; da manufatura artesanal para a produção industrial; da troca de mercadorias para a compra e venda de produtos e a transferência do poder absoluto dos monarcas e da Igreja para o povo, ao

menos formalmente. Tais transformações significativas resultaram em transformações nas relações sociais, entre as quais, a separação e os conflitos entre as classes sociais e o surgimento do trabalho livre em contraste com o trabalho escravo.

A consolidação dessas transformações certamente não ocorreu sem resistências por parte de instituições consideradas fortes até então, por exemplo, a monarquia e a Igreja. Contudo, alguns segmentos inexistentes ou inexpressivos como a fábrica e a escola foram elevados, por diferentes motivos, ao *status* de instituições importantíssimas para o fortalecimento da nova ordem social pautada não apenas nas premissas da liberdade, igualdade e fraternidade, mas, principalmente na ideologia capitalista imanente à sociedade industrial.

A fábrica passa a ser o local onde os indivíduos podem facilmente visualizar algumas mudanças comportamentais, como o emprego assalariado ou o desemprego, que contribuem para as citadas transformações significativas. A possibilidade de transferir para a fábrica a suposta causa principal dessas mudanças comportamentais ocasionou alguns enfrentamentos ou manifestações contrárias de alguns grupos, que foram resolvidos por meio de negociação ou uso da força. Entretanto, mudanças comportamentais de maior significado e consequências, como a instalação da ideologia da sociedade industrial não só por meio da fábrica, que não foram facilmente visualizadas por esses mesmos indivíduos nem tão pouco se tornaram motivos de enfrentamentos significativos ocorriam (e talvez ocorram até hoje) de modo intenso dentro das escolas.

A instituição escolar, ou a escola como sua expressão objetiva das necessidades da sociedade capitalista e da indústria tornou-se, por diversas razões, local de passagem obrigatória para crianças de todo o mundo. Contudo, essa obrigatoriedade à instrução primária, não conferiu nenhum avanço intelectual, melhores perspectivas no trabalho ou melhoria nas condições de trabalho às crianças.

A emergente sociedade industrial vai, pouco a pouco, definindo as características da escola, e, dessa forma, não só atendendo a necessidade de inculcar nos mais jovens o comportamento esperado para as fábricas, como também servindo para cristalizar, junto à sociedade, pressupostos de uma racionalidade tecnológica indispensáveis para eficiência e controle do sistema produtivo. Marcuse (1979) afirma que as respostas que o indivíduo oferece a essas situações não podem ser consideradas próprias e sim resultantes de um contínuo processo de doutrinação e manipulação

presentes na civilização industrial desenvolvida. Nesse caso, a escola tem papel decisivo.

Após a Segunda Guerra Mundial, observa-se um crescimento exponencial da oferta educativa escolar, o aumento da procura pela escola e a ampliação das políticas educativas globais. Indicadores nacionais sugerem que o Brasil também segue essa tendência, pois os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 1970, por exemplo, apontam que, no período de 1950 a 1970, a população brasileira passa de 51.944.937 para 94.501.554 habitantes (aumento de 82%), a população com idade entre 5 e 19 anos vai de 18.826.409 para 35.170.643 habitantes (aumento de 87%) e o número de matrículas para essa faixa etária salta de 4.924.226 para 18.896.260 (aumento de 383%) . Como financiar, administrar, “democratizar” e, principalmente, assegurar que a escola não perca características até então importantes para a ideologia da sociedade industrial vigente?

O tema educação é, então, entregue à competência de organizações mundiais, visto ter assumido proporções, valores e custos financeiros impensáveis há cem anos. Encerrada a segunda guerra mundial, países que se firmaram econômica e politicamente criaram instituições a exemplo do Banco Mundial², que possui entre suas funções, determinar o que e como ensinar, a quem e por quanto tempo ensinar, quem e com qual formação ensinar e, o principal, com que custo financeiro. Tommasi, Warde e Haddad (1996) afirmam que a preocupação pedagógica, social e cultural da educação sucumbiu frente ao valor econômico que esta alcançou.

A afirmação de Tommasi, Warde e Haddad (1996) justifica-se ao observarmos que a escola pública de diversos países foi pouco a pouco organizada em decorrência de orientações feitas por essas instituições internacionais. No caso brasileiro, é uma escola que integra uma rede numerosa, amparada por uma legislação federal que segue um conjunto de orientações (principalmente do Banco Mundial), o que resulta em uma série de consequências, observadas nas escolas, a saber, o aumento do número de alunos por sala de aula, os baixos investimentos em salários de professores, a utilização desenfreada do livro didático como principal recurso em sala de aula, a redução ou terceirização do quadro de funcionários e as práticas de validação da metodologia utilizada, entre outras.

² Banco Mundial é um termo usado para descrever uma instituição financeira internacional que fornece empréstimos alavancados para os países em desenvolvimento para os programas de capital. O Banco Mundial tem como objetivo declarado reduzir a pobreza.

Dentre as referidas práticas de validação da metodologia utilizada, destaca-se, a partir da década de 1990, a grande ênfase dada às avaliações em larga escala, especialmente as avaliações externas do sistema educacional nacional de muitos países, inclusive o Brasil, e observadas, por exemplo, no exame PISA³, ou nas avaliações em larga escala internas, no caso brasileiro, expressas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou nos indicadores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), por exemplo. No caso do Estado de São Paulo, o indicador IDESP cumpre este papel. Todavia, é possível afirmar (ou sugerir) que essas práticas, ou essa “cultura de avaliação” possam ser entendidas como uma expressão da racionalidade tecnológica da sociedade industrial aplicada ao sistema escolar público, principalmente.

A implantação do IDESP, em 2008 pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP) nas mais de 5.500 escolas de ensino regular e para um público aproximado de 5.000.000 de alunos, ilustra algumas das considerações até aqui apresentadas, uma vez que propõe, ao menos oficialmente e publicamente, uma educação de qualidade a todos os alunos.

O referido indicador faz parte do Programa de Qualidade nas Escolas (PQE)⁴ e foi lançado pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo em 2008 com “o objetivo de promover qualidade e equidade no sistema de ensino da rede estadual paulista” (SÃO PAULO, 2009, p.1). Basicamente, estabelece a todas as escolas públicas de ensino regular uma meta a ser alcançada anualmente até 2030, data esta em que se espera que todas as escolas tenham atingido indicadores compatíveis com os encontrados atualmente em países da OCDE⁵. O índice considera o fluxo escolar - coletado pelo Censo Escolar⁶ - e desempenho dos alunos - medido pelos resultados dos exames de Língua Portuguesa e Matemática do Sistema de Avaliação e Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP). O cumprimento das metas estabelecidas resulta, por exemplo, para os profissionais da educação o direito ao recebimento

³ PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos). É um programa internacional de avaliação comparada, cuja principal finalidade é produzir indicadores sobre a efetividade dos sistemas educacionais, avaliando o desempenho de alunos na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países.

⁴ O Programa de Qualidade da Escola, que tem como principal finalidade promover a melhoria da qualidade do ensino da rede estadual paulista e a equidade do sistema.

⁵ A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) é uma organização internacional composta por 30 países, que tem como objetivos, coordenar políticas econômicas e sociais, apoiar o crescimento econômico sustentado, aumentar o emprego e a qualidade de vida dos cidadãos e manter a estabilidade financeira, entre outros.

⁶ O Censo Escolar é um levantamento de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional realizado todos os anos e coordenado pelo Inep. Ele é feito com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de Educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país.

imediatamente do bônus merecimento, isto é, a recompensa financeira. Por sua vez, o suposto aumento da qualidade educacional é expresso apenas por meio dos indicadores, ou seja, o fato de uma escola cumprir a meta estabelecida não permite a comprovação imediata de que agregou qualidade a seus serviços.

Giovinazzo Jr. e Minhoto (2009), por exemplo, apresentam alterações observadas no conceito de qualidade no movimento histórico das políticas educacionais, tendo por base o desenvolvimento das estatísticas educacionais até o início da década de 1970, que podem ser sintetizadas em três momentos: universalização do acesso (o aluno para dentro da escola), diminuição da retenção e evasão (correção do fluxo e manter o aluno dentro da escola) e, finalmente controlar o desempenho dos estudantes por meio de testes padrão. Deste modo, faz-se necessário uma definição clara do conceito de qualidade educacional para posteriormente “aumentá-la”. A avaliação externa não capta todo o processo de ensino e aprendizagem, por conseguinte, não pode definir sozinha o que é qualidade educacional.

Questões metodológicas

A proposta aqui é a de verificar se o IDESP obtido pelas escolas públicas de ensino regular da rede estadual paulista no ano anterior ou a meta IDESP estabelecida pela SEE-SP para o ano em curso influenciam ou não na definição de práticas escolares – entendidas aqui como o conjunto de práticas administrativas e pedagógicas utilizadas pela escola em seu cotidiano – e quais são estas práticas. Busca também possíveis relações entre o valor absoluto do IDESP em questão e sua influência na definição dessas práticas, ou dito de outro modo, difere a influência do IDESP para escolas com resultados considerados expressivos e escolas com resultados considerados inexpressivos?

Necessário destacar que a utilização da expressão “escolas com resultados considerados expressivos” é utilizada para caracterizar as escolas cujo IDESP foi classificado, em valores absolutos, entre os dez primeiros e que a utilização da expressão “escolas com resultados considerados inexpressivos” é utilizada para caracterizar as escolas cujo IDESP foi classificado, em valores absolutos, entre os dez últimos, considerando o total de vinte e nove escolas participantes.

Em função desses questionamentos foram analisados os indicadores IDESP do ensino médio, de todas as vinte e nove (29) escolas públicas da rede estadual de ensino

regular que atendem simultaneamente o ensino fundamental ciclo II e o ensino médio de uma cidade do interior de São Paulo, referentes aos resultados dos anos letivos de 2008, 2009, 2010 e 2011 e informações obtidas com a participação do pesquisador em diversas reuniões pedagógicas realizadas em várias escolas.

Num primeiro procedimento, com o intuito de selecionar escolas com o IDESP considerado expressivo e escolas com o IDESP considerado inexpressivo foi organizado um quadro com o IDESP 2008 das vinte e nove (29) escolas e selecionadas duas (2) cujo IDESP se situavam entre as escolas que apresentaram valores absolutos mais expressivos e duas (2) cujo IDESP se situavam entre as cinco escolas que apresentavam valores absolutos menos expressivos. Entendam-se, neste artigo, valores absolutos mais expressivos para aqueles observados na metade superior do quadro, que variou de 3,24 a 2,46 e valores absolutos menos expressivos para aqueles observados na metade inferior do quadro, que variou de 2,39 a 1,31. Este procedimento também buscou verificar se existiam similaridades, ou não, na seleção de práticas escolares realizadas pelas escolas.

Para o segundo procedimento são utilizados os registros de observação obtidos na participação em reuniões pedagógicas nas quatro (4) escolas pesquisadas, com o intuito de verificar uma possível relação entre as análises produzidas pelas escolas a partir da implantação e, principalmente, da divulgação dos resultados das avaliações externas, expressas no IDESP, com a definição e condução de práticas escolares observadas nessas escolas e para tanto foram selecionadas e analisadas as decisões mais recorrentes no conjunto das escolas, bem como as práticas escolares que resultaram dessas decisões.

Considerações referentes ao primeiro procedimento

O primeiro destaque é observado quando da organização dos indicadores IDESP das vinte e nove (29) escolas para a seleção das escolas a serem pesquisadas e verifica-se a grande diferença de valores registrada entre a escola com o IDESP mais expressivo (3,24) e a escola com o IDESP menos expressivo (1,31). Outro destaque é o fato de que a escola com o IDESP mais expressivo estar distante do valor ideal (5) proposto pela SEE-SP. A simples citação de escola com o IDESP mais expressivo poderia ser substituída, sem prejuízo algum, pela citação de escola com o IDESP menos inexpressivo.

Quanto às escolas selecionadas, o IDESP observado das mesmas, na edição de 2008, era de 3,24; 2,83; 2,39 e 1,94, todavia mesmo com valores tão diferentes observou-se, durante as reuniões, que o cumprimento das metas, independente do valor observado, ganha destaque nestas reuniões visto que é associado diretamente ao recebimento do bônus merecimento⁷ de cada profissional da escola e a repercussão da divulgação pública destes indicadores junto aos profissionais da escola, aos alunos e à comunidade que a escola está inserida. Em poucas oportunidades e ainda assim em momentos isolados o IDESP foi atrelado às questões de aprendizagem dos alunos, porém, em todas essas poucas oportunidades a justificativa utilizada foi a de que as informações oferecidas pelo boletim do SARESP cumprem esta finalidade, pois contempla uma quantidade maior de séries, turmas e de componentes curriculares, todavia não destacam que este boletim é disponibilizado meses após a divulgação do IDESP.

De modo geral, a análise do primeiro procedimento aponta para o fato de que, independente de a escola apresentar um valor expressivo ou inexpressivo em seu IDESP, o cumprimento da meta oficialmente proposta pela SEE-SP tornou-se uma obsessão para estas escolas e seus profissionais quer por motivos financeiros quer pela repercussão dos mesmos. Não se afirma aqui que os profissionais da educação são mercenários e que buscam apenas a recompensa financeira, porém, dadas as condições objetivas de seus vencimentos, condições de trabalho e perspectivas de carreira, o prêmio financeiro torna-se um atrativo.

Não se afirma também que estes profissionais definam seus procedimentos e atuação reacios quanto à opinião popular, todavia o IDESP expressa publicamente um valor que, segundo a SEE-SP mensura a qualidade da escola, porém, não divulga as condições objetivas da escola em questão. O que se afirma aqui é que a escola ao buscar o cumprimento da meta IDESP oficialmente proposta pela SEE-SP torna secundária ou até elimina a discussão sobre o que, de fato, é uma educação ou um ensino de qualidade.

Considerações referentes ao segundo procedimento

Quanto à participação nas reuniões pedagógicas, algumas considerações são necessárias a começar pela definição de uma reunião pedagógica para estas escolas visto

⁷ Prêmio, em dinheiro, pago anualmente aos profissionais da rede pública estadual de ensino. Um de seus critérios é o indicador IDESP da escola a qual o professor está vinculado.

que além das oficialmente previstas no calendário escolar em alguns casos algumas turmas ou até todas as turmas foram dispensadas após as duas ou três primeiras aulas para que toda a equipe participasse das discussões, porém este não é o objeto deste artigo. Todas as reuniões ocorreram no período de 2008 a 2011 e em algumas o pesquisador participou como professor, outras como gestor e outras ainda como palestrante convidado. As reuniões, em sua maioria, resumiam-se à apresentação dos resultados da escola, comparação dos resultados da escola com os resultados da Diretoria de Ensino e da SEE-SP, levantamento dos possíveis fatores que contribuíram para a obtenção do índice e definição de práticas, preferencialmente imediatas, para melhorar o IDESP e, se possível, cumprir as metas oficialmente estabelecidas pela SEE-SP.

De modo geral, observou-se que as decisões mais citadas, em todas as reuniões, e transformadas em práticas escolares foram as de determinar, após a divulgação do boletim IDESP do ano anterior, a quantidade de alunos que pode ser retida no ano em curso, com o objetivo de assegurar um indicador de fluxo que não comprometa o indicador de desempenho dos alunos participantes e realizar diversos simulados de avaliações externa como aposta para a melhora nos indicadores de desempenho dos alunos participantes.

Quanto à definição da quantidade de alunos que pode ser retida no ano em curso observou-se a construção e aperfeiçoamento dos instrumentos de controle diário da frequência do aluno. O Diário de Classe não é suficiente para o acompanhamento diário da frequência do aluno, visto que suas informações, quanto à ausência dos alunos será, na melhor das hipóteses, discutida depois de seguidas ausências do aluno. Observou-se também maior utilização do recurso de compensação de ausências, ou seja, uma prática raramente utilizada pelas escolas, ou utilizada apenas no último bimestre letivo, não aceita por parte dos professores, porém prevista legalmente, é retomada praticamente sem resistências.

Quanto à realização dos simulados, observou-se que todas as escolas incluem em seu planejamento uma série de simulados com o intuito de preparar os alunos para as avaliações externas. Todavia, merece atenção a quantidade de simulados por escola que em vários casos mantiveram, inclusive, os chamados “provões”. Dada a complexidade para a elaboração dos simulados ocorre, com regularidade, a utilização de itens de edições anteriores do SARESP ou da Prova Brasil para elaboração desses simulados, o que permite a hipótese de que, em alguns casos, os alunos podem ter participado no

mesmo ano de simulados que utilizaram itens de simulados anteriores, porém, organizados de modo diferente.

Outra característica a ser ressaltada refere-se ao fato de que para a elaboração dos instrumentos de controle de frequência ou dos simulados são utilizados, principalmente, os horários de trabalho pedagógico coletivo (HTPC), ou seja, o espaço destinado a discussões referentes ao processo de ensino e aprendizagem de todos os alunos da escola é utilizado somente para a organização e correção dessas atividades que envolvem apenas parte dos alunos da escola. Finalmente, observou-se que o grupo de professores que ministram aulas para as turmas que participarão das avaliações externas também ministra aulas para outras turmas que não participarão dessas avaliações, porém relegam a um segundo plano essas turmas.

Considerações finais

O objetivo principal da pesquisa referênciada neste artigo é o de verificar a redução do conceito de qualidade educacional por meio das avaliações educacionais em larga escala, mais especificamente, por meio dos indicadores IDESP. Esse é um tema que tem gerado inquietação socioeducacional nos últimos tempos por parte de educadores, porém, frequentemente esquecido por parcela significativa dos profissionais da educação que tendem, consciente ou inconscientemente, a afirmar que esses indicadores expressem qualidade educacional.

Outros objetivos da pesquisa, que são temas desse artigo, a saber, verificar se a definição e efetivação de práticas escolares pelas escolas é influenciada pelo IDESP e se o IDESP influencia de modo diferente escolas com indicadores expressivos e escolas com indicadores inexpressivos foram atendidos. Isto porque as poucas análises feitas a partir dos procedimentos 1 e 2 apontam para isso.

Os critérios utilizados na composição do indicador IDESP ocupam destaque no cotidiano escolar e devem ser considerados na construção de um indicador confiável de qualidade educacional uma vez que não é interessante para nenhum sistema educacional que para o aluno aprender seja necessário repetir uma ou várias vezes a mesma série. Outrossim, não é interessante para nenhum sistema educacional que o aluno seja promovido para a série seguinte com deficiências significativas de aprendizagem. Desta forma, ao construir um indicador, inclusive de qualidade educacional, baseado apenas em dois critérios – fluxo escolar de todos os alunos e desempenho de parte de seus

alunos em testes padronizados - torna possível a cada escola priorizar apenas estes dois critérios em detrimento de todo um processo de ensino e aprendizagem como aposta para cumprir a meta IDESP oficialmente proposta pela SEE-SP.

Certamente a frequência do aluno ocupa papel de destaque no contexto educacional, da mesma maneira que as questões referentes ao seu rendimento frente aos mais variados componentes curriculares, tanto mais numa sociedade em que a cada dia mais se valoriza a cultura da avaliação e que se pauta em números e indicadores para qualquer tomada de decisão. Cabe-nos, portanto, um questionamento sobre a validade ou não desses indicadores.

A ampliação do número de variáveis na composição de um indicador educacional, no caso o IDESP, teoricamente possibilita um maior detalhamento da realidade da escola, porém, não significa que quanto maior for o número de variáveis mais preciso será o indicador, todavia impossibilitaria situações como as expostas neste artigo. Pereira (1967) analisa os detalhes, as peculiaridades de cada escola para poder compreendê-la e, a partir desta compreensão, atuar sobre. Embora outras variáveis para a composição de um indicador de qualidade educacional como a localização geográfica da escola, o corpo docente, a equipe gestora ou a relação da escola com a comunidade possam contribuir, somente pesquisas poderão definir quantas e quais variáveis serão necessárias para a construção de um indicador confiável de qualidade educacional.

Marcuse (1979) afirma que as necessidades políticas de uma sociedade se transformaram em necessidades e aspirações individuais. É possível que toda essa “cultura de avaliação” expressa, nesse caso nos indicadores IDESP, represente apenas mais uma estratégia utilizada pela sociedade industrial, e validada pela escola, para transformar em necessidade individual uma necessidade social, neste caso, o amplo controle do trabalho escolar que, ao menos teoricamente, contribuiria para a construção de uma sociedade crítica e próxima à idealizada nas últimas décadas do século XVIII.

É possível que a apresentação dos indicadores e práticas observadas nas escolas a partir dos resultados IDESP possa contribuir para ilustrar como a utilização de indicadores estatísticos no campo educacional pode ser direcionada a variados propósitos. Entretanto, destaco que esses indicadores são divulgados à comunidade escolar (alunos, pais, moradores da região, etc.) o que nos leva a outros questionamentos e novamente a outras hipóteses. Como esses indicadores estatísticos educacionais são transmitidos à comunidade escolar, e como essa população os

interpreta? Quais as consequências da forma como essa população interpreta esses indicadores?

A partir do momento em que a comunidade escolar interpreta como sendo positivos os resultados das práticas educacionais, neste caso expressos nos indicadores IDESP, na escola de seu filho ou de seu bairro, ela referenda, baseada em poucas e distorcidas informações, uma política educacional que talvez não tenha sido ainda suficientemente discutida pelos profissionais da educação, pelos diversos segmentos que a compõem ou simplesmente tal política não se aplique à sua realidade.

A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo divulga, nos mais variados meios de comunicação que, a cada ano, aumenta o número de escolas que alcançam as metas propostas para uma escola de qualidade em nosso estado, mas não divulga que, mesmo em ascensão, esses indicadores, na maioria das escolas, está muito aquém do ideal por ela proposto. Essa ampla divulgação aliada a uma não interpretação correta de seus indicadores estatísticos permite ou respalda a manutenção da política educacional vigente, seja ela eficiente ou não.

Indicadores educacionais nacionais como o IDEB e internacionais como o PISA apontam, há muito tempo, para a real e urgente necessidade de uma política educacional que transforme em curtíssimo prazo a realidade educacional de nosso país, que mantém ainda grande parte de nossa população com dificuldades para ler, escrever e contar com certa autonomia. O que esperar então da capacidade de interpretar um quadro, uma tabela ou um gráfico e inferir opinião sobre os mesmos? Ou simplesmente contestar a opinião da massa?

A “busca” pela qualidade na educação pública, no caso a paulista, certamente passa por ações e situações desenvolvidas dentro dos muros da escola e que não devem ser desconsideradas, mas outros contextos que vão além dos muros da escola devem ser considerados, entre eles a formação do indivíduo (HORKHEIMER, 2000), a constituição de uma massa de indivíduos (FREUD, 1972) e não de uma sociedade e principalmente pela efetivação de uma ideologia que não deixa o indivíduo contestar nenhuma das determinações da sociedade administrada, inclusive as referentes à escola. Oferecer uma escola pública de qualidade ultrapassa o treinamento de alunos para testes padronizados e garantia de uma trajetória escolar sem reprovação. Uma escola de qualidade permite ao aluno, no mínimo, pensar e expressar opiniões. A cultura de avaliação e suas consequências permitem isso ao aluno da escola pública.

EDUCATIONAL EVALUATIONS RESULTS IN LARGE-SCALE AND THEIRS IMPACTS IN THE SCHOOL PRACTICES

ABSTRACT: *Since 2008 the Development Index of Education in the State of São Paulo (IDESP) annually measure - based only on approval rates for all students and standardized test results of part of the students - the quality of basic education of over five thousand schools in their regular public schools. However, it was observed, through participation in pedagogical meetings in four of these schools, in the period 2008-2011, that the IDESP determines the use of school practices that emphasize statistical results at the expense of the educational process, which are highlighted the excessive application of simulated exams and promotion for the next grade basically by records of their frequency.*

KEYWORDS: *Educational quality. Public school. IDESP.*

REFERÊNCIAS

FREUD, S. **Psicologia de las massas:** más allá del principio del placer. El porvenir de una ilusión. 3.ed. Madrid: Alianza Editorial, 1972.

GIOVINAZZO JÚNIOR, C. A.; MINHOTO, M. A. P. A qualidade do ensino na era dos indicadores: crítica da racionalidade tecnológica. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., Fortaleza, 2009. **Anais...** Fortaleza: ANPUH, 2009. 1 CD-ROM.

HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão.** São Paulo: Centauro, 2000.

JACKSON, P. **La vida em lãs aulas.** Madrid: Morata, 1996.

MARCUSE, H. **A ideologia da sociedade industrial:** o homem unidimensional. Tradução: Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PEREIRA, L. **A escola numa área metropolitana:** crise e racionalização de uma empresa pública de serviços. São Paulo: Pioneira: Edusp, 1967.

SÃO PAULO. Secretaria Estadual de Educação. **Programa de qualidade na escola.** São Paulo, 2009.

TOMMASI, L.; WARDE, M.; HADDAD, S. (Org.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais.** São Paulo: Cortez: PUC-SP: Ação Educativa, 1996.